



ANEXO I – QUADRO DE CARGOS, CÓDIGOS E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS
Edital PMC 03/2011 – Concurso Público – Administração Direta e Indireta

1. Administração Direta – Nível Médio Completo			
CÓD.	CARGO	Vagas ofertadas	Vagas para Deficientes
201	Fiscal de Atividades Urbanas	1	-
202	Técnico de Segurança do Trabalho	2	1

1.1 Administração Direta – Nível Superior Completo			
CÓD.	CARGO	Vagas ofertadas	Vagas para Deficientes
301	Arquiteto	5	1
302	Assistente Social	5	1
303	Engenheiro (Civil)	5	1
304	Engenheiro (Químico)	1	-
305	Engenheiro (Segurança do Trabalho)	1	-
306	Geógrafo	1	-
307	Psicólogo	5	1
308	Médico do Trabalho	1	-

2. EDUCAÇÃO - Administração Direta – Nível Superior Completo			
CÓD.	CARGO	Vagas ofertadas	Vagas para Deficientes
309	Assistente de Gestão Educacional	7	1
310	Analista de Gestão Educacional	7	1

3. Conparq - Administração Indireta – Nível Superior Completo			
CÓD.	CARGO	Vagas ofertadas	Vagas para Deficientes
311	Arquiteto	1	-
312	Engenheiro (Florestal)	1	-
313	Geógrafo	1	-

4. TransCon - Administração Indireta – Nível Médio Completo			
CÓD.	CARGO	Vagas ofertadas	Vagas para Deficientes
203	Técnico em Transporte Público e Trânsito	4	1



ANEXO II - QUADRO DAS PROVAS OBJETIVAS E ABERTAS
Edital PMC 03/2011 – Concurso Público – Administração Direta e Indireta

1. ADMINISTRAÇÃO – Administração Direta

1.1 QUADRO DE PROVAS – NÍVEL MÉDIO COMPLETO

CARGO	PROVA OBJETIVA – CONTEÚDOS				PROVA ABERTA
	Língua Portuguesa	Conhecimentos Gerais	Legislação	Conhecimentos Específicos	Tema Dissertativo (30)
Fiscal de Atividades urbanas	5	5	5	20	
Técnico de Segurança do Trabalho	5	5	5	20	

1.2 QUADRO DE PROVAS – NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PROVA OBJETIVA – CONTEÚDOS				PROVA ABERTA
	Língua Portuguesa	Conhecimentos Gerais	Legislação	Conhecimentos Específicos	Redação Técnica (30)
Arquiteto	5	5	5	20	
Assistente Social	5	5	5	20	
Engenheiro(Civil)	5	5	5	20	
Engenheiro (Químico)	5	5	5	20	
Engenheiro(Segurança do Trabalho)	5	5	5	20	
Geógrafo	5	5	5	20	
Psicólogo	5	5	5	20	
Médico do Trabalho	5	5	5	20	

2. EDUCAÇÃO – Administração Direta

2.1 QUADRO DE PROVAS – SUPERIOR COMPLETO

CARGO	PROVA OBJETIVA – CONTEÚDOS				PROVA ABERTA
	Língua Portuguesa	Conhecimentos Gerais	Legislação	Conhecimentos Específicos	Redação Técnica (30)
Assistente de Gestão Educacional	5	5	5	20	
Analista de Gestão Educacional	5	5	5	20	



3. ConParq – Administração Indireta

3.1 QUADRO DE PROVAS – NÍVEL SUPERIOR COMPLETO					
CARGOS	PROVA OBJETIVA – CONTEÚDOS				PROVA ABERTA
	Língua Portuguesa	Conhecimentos Gerais	Legislação	Conhecimentos Específicos	
Arquiteto	5	5	5	20	Redação Técnica (30)
Engenheiro (Florestal)	5	5	5	20	
Geógrafo	5	5	5	20	

4. TransCon – Administração Indireta

4.1. QUADRO DE PROVAS – NÍVEL MÉDIO					
CARGO	PROVA OBJETIVA – CONTEÚDOS				PROVA ABERTA
	Língua Portuguesa	Conhecimentos Gerais	Legislação	Conhecimentos Específicos	
Técnico em Transporte Público e Trânsito	5	5	5	20	Tema Dissertativo (30)



ANEXO III
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA ABERTA – REDAÇÃO E QUANTITATIVO DE PROVAS
ABERTAS A CORRIGIR

Edital PMC 03/2011– Concurso Público – Administração Direta e Indireta

a) Critérios de avaliação da prova aberta – Nível Médio

Aspectos Avaliados	Total de Pontos
Pontuação, ortografia, acentuação gráfica e morfosintaxe (correção lingüística)	Até 08 pontos (0,5 pts por erro)
Propriedade vocabular	Até 4,0 pontos (0,5 pts por erro)
Organização adequada de parágrafos	Até 4,0 pontos (0,5 pts por erro)
Adequação no uso dos articuladores	Até 4,0 pontos (0,5 pts por erro)
Argumentação coerente das idéias e informatividade	Até 6,0 pontos (0,5 pts por erro)
Pertinência ao tema proposto	Até 4,0 pontos

b) Critérios de avaliação da prova aberta – Nível Superior

Aspectos Avaliados	Total de Pontos
Pontuação, ortografia, acentuação gráfica e morfosintaxe (correção lingüística)	Até 08 pontos (0,5 pts por erro)
Propriedade vocabular	Até 4,0 pontos (0,5 pts por erro)
Organização adequada de parágrafos	Até 4,0 pontos (0,5 pts por erro)
Adequação no uso dos articuladores	Até 4,0 pontos (0,5 pts por erro)
Argumentação coerente das idéias e informatividade	Até 6,0 pontos (0,5 pts por erro)
Pertinência ao tema proposto	Até 4,0 pontos

c) Quantitativo de provas abertas a corrigir

1. ADMINISTRAÇÃO – Administração Direta

CARGO	VAGAS OFERTADAS	PROVAS A CORRIGIR
Arquiteto	5	30
Assistente Social	5	100
Engenheiro (Civil)	5	30
Engenheiro (Químico)	1	10
Engenheiro (Seg. Trabalho)	1	10
Fiscal de Atividades Urbanas	1	30
Técnico de Segurança do Trabalho	2	20
Geógrafo	1	10
Psicólogo	5	100
Médico do trabalho	1	20
TOTAL	27	360

2. EDUCAÇÃO – Administração Direta

CARGO	VAGAS OFERTADAS	PROVAS A CORRIGIR
Assistente de Gestão Educacional	7	50
Analista de Gestão Educacional	7	70



TOTAL	14	120
-------	----	-----

3. ConParq – Administração Indireta

CARGO	VAGAS OFERTADAS	PROVAS A CORRIGIR
Arquiteto	1	20
Engenheiro (Florestal)	1	20
Geógrafo	1	20
TOTAL	3	60

4. TransCon – Administração Indireta

CARGO	VAGAS OFERTADAS	PROVAS A CORRIGIR
Técnico em Transporte Público e Trânsito	4	30
TOTAL	4	30



ANEXO IV

CLASSE DE CARGO, OBJETIVO E NATUREZA , REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE, JORNADA DE TRABALHO E VENCIMENTO

Edita PMC 03/2011 – Concurso Público Administração Direta e Indireta – Município de Contagem

ANEXO IV				
ADMINISTRAÇÃO – Administração Direta				
CLASSE DE CARGO	OBJETIVO E NATUREZA DO CARGO	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Fiscal de Atividades Urbanas	Promover a aplicação dos Códigos de Obras e de Posturas Públicas, e das normas contidas na legislação de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente; exercer a ação fiscalização, prestando serviços de diligências destinadas a verificar o cumprimento da legislação específica	Ensino Médio completo	40 horas semanais	De R\$850,40 (podendo chegar a R\$2.281,49 com a gratificação por produtividade)
Técnico de Segurança do Trabalho	Desenvolver atividades profissionais no campo da segurança do trabalho; realizar inspeções e perícias; participar de reuniões de equipe e atividades de educação permanente; analisar processos e ambientes de trabalho identificando riscos e propondo correções; participar na elaboração e implementação da política de saúde e segurança do trabalho; emitir relatórios e pareceres técnicos.	Curso Técnico em Segurança do Trabalho e Registro no Ministério do Trabalho – nível médio.	40 horas semanais	R\$1.169,30
Arquiteto	Exercer atividade profissional de nível superior, no campo da arquitetura, elaborando, analisando e acompanhando projetos, realizando perícias técnicas e emitindo pareceres	Ensino Superior completo em Arquitetura	40 horas semanais	R\$ 2.498,05 (podendo chegar a R\$4.996,10 com a gratificação por produtividade)
Assistente Social	Prestar serviços nos programas e ações de assistência social desenvolvidos pelo Município, objetivando a melhoria do nível de bem-estar social da comunidade	Curso Superior completo de Serviço Social	30 horas semanais	R\$1.966,55
Engenheiro (Civil, Químico e Segurança Trabalho)	Desenvolver atividades profissionais no campo da engenharia, executando serviços de elaboração, análise e aprovação de projetos, bem como fiscalização de serviços realizados por terceiros	Curso superior completo na área de Engenharia e habilitação legal para o exercício da profissão.	40 horas semanais	R\$ 2.498,05 (podendo chegar a R\$4.996,10 com a gratificação por produtividade)
Geógrafo	Estudar a organização espacial por meio da interpretação e da interação dos aspectos físicos e humanos; regionalizar o território em escalas que	Ensino Superior completo em Geografia	40 h/s	R\$ 2.498,05 (podendo chegar a R\$4.996,10



	variam do local ao global; realizar pesquisas e levantamentos fisiográficos, hidrográficos, climáticos, topográficos, toponímios e estatísticos de áreas específicas.			com a gratificação por produtividade)
Psicólogo	Elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisa das características psicológicas dos indivíduos; Organizar e aplicar métodos e técnicas de recrutamento, seleção, acolhida, identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e/ou comunitários, bem como orientação profissional; Desenvolver modalidades interventivas coerentes com os objetivos do trabalho social, em serviços, programas e projetos afiançados nas proteções sociais básica e especial, de forma a garantir os direitos dos cidadãos ao acesso à atenção e proteção da assistência social; Realizar estudos e aplicações práticas no campo da educação; Realizar trabalhos de psicologia clínica; Reestruturação dos recursos humanos; promover programas de qualificação dos servidores; assessorar no processo de recrutamento e seleção de pessoal; estrutura e supervisionar a medicina ocupacional; Executar tarefas correlatas.	Ensino superior completo em Psicologia com habilitação legal para o exercício da profissão.	40 horas semanais	R\$ 2.498,05
Médico do Trabalho	Implementar ações para promoção da saúde do trabalhador; coordenar programas, serviços e estagiários em saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos; participar de reuniões de equipe e atividades de educação permanente; participar juntamente com outros profissionais, da elaboração e execução de programas de proteção à saúde do trabalhador, analisando em conjunto os riscos, as condições de trabalho, os fatores de insalubridade, de fadiga e outros.	Ensino superior completo em Medicina com especialização em Medicina do Trabalho.	30 horas semanais	R\$ 3.933,10

ANEXO IV – CLASSE DE CARGO, OBJETIVO E NATUREZA , REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE, JORNADA DE TRABALHO E VENCIMENTO

EDUCAÇÃO – Administração Direta

Classe de Cargo	Objetivo e Natureza do Cargo	Requisito Mínimo de Escolaridade	Jornada de Trabalho	VENCIMENTO
Assistente de	Desenvolver atividades de rotinas	Ensino	40 horas	R\$ 1.594,50



Gestão Educacional	administrativas específicas do sistema municipal de Ensino, registrando, controlando e disponibilizando dados para o adequado funcionamento da gestão da educação no Município.	superior em tecnologia em processos escolares, gestão da qualidade, gestão de recursos humanos, gestão financeira, gestão pública, logística ou processos gerenciais.	semanais	
Analista de Gestão Educacional	Analisar e acompanhar a gestão das unidades escolares, assegurando o desenvolvimento das atividades administrativas de emissão de documentos, acompanhamento de processos de denúncias e solicitações da comunidade e autoridades públicas, controle de infrequência e evasão escolar, além do arquivamento de documentos oficiais, para o adequado atendimento à legislação educacional.	Ensino Superior Completo	40 horas semanais	R\$ 2.386,44

ANEXO IV – CLASSE DE CARGO, OBJETIVO E NATUREZA, REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE, JORNADA DE TRABALHO E VENCIMENTO				
ConParq – Administração Indireta				
Classe de Cargo	Objetivo e Natureza do Cargo	Requisito Mínimo de Escolaridade	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Arquiteto	Exercer atividade profissional de nível superior, no campo da arquitetura, elaborando, analisando e acompanhando projetos, realizando perícias técnicas e emitindo pareceres	Ensino Superior completo em Arquitetura	40 h/s	R\$ 2.498,05 (podendo chegar a R\$4.996,10 com a gratificação por produtividade)
Engenheiro (Florestal)	Desenvolver atividades profissionais no campo da engenharia, executando serviços de elaboração, análise e aprovação de projetos, bem como fiscalização de serviços realizados por terceiros	Curso superior completo na área de Engenharia e habilitação legal para o exercício da profissão.	40 h/s	R\$ 2.498,05 (podendo chegar a R\$4.996,10 com a gratificação por produtividade)



Geógrafo	Estudar a organização espacial por meio da interpretação e da interação dos aspectos físicos e humanos; regionalizar o território em escalas que variam do local ao global; realizar pesquisas e levantamentos fisiográficos, hidrográficos, climáticos, topográficos, toponímios e estatísticos de áreas específicas.	Ensino Superior completo em Geografia	40 h/s	R\$ 2.498,05 (podendo chegar a R\$4.996,10 com a gratificação por produtividade)
----------	--	---------------------------------------	--------	--

ANEXO IV – CLASSE DE CARGO, OBJETIVO E NATUREZA , REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE, JORNADA DE TRABALHO E VENCIMENTO

TransCon – Administração Indireta

Classe de Cargo	Objetivo e Natureza do Cargo	Requisito Mínimo de Escolaridade	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Técnico em Transporte Público e Trânsito	Efetuar levantamentos, medições estudos, coletas e tabulações de dados relativos aos planos, programas e projetos de transporte público e trânsito, tráfego e sistema viário	Ensino Médio completo, acrescido de 2 (dois) anos de experiência em transporte público ou planejamento de tráfego.	40 h/s	R\$850,40



ANEXO V - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS
Edital PMC 03/2011 - Concurso Público Administração Direta e Indireta (ConParq e Transcon)

1 - ADMINISTRAÇÃO - Administração Direta
NÍVEL MÉDIO E OU TÉCNICO COMPLETO

LÍNGUA PORTUGUESA

(para todos os cargos da Administração Direta)

Programa

Compreensão e interpretação de textos. Variação linguística. Gêneros de texto. Coerência e coesão textuais. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Reforma ortográfica de 2009. Estrutura da oração e do período. Aspectos sintáticos e semânticos. Substantivo: classificação, flexão, emprego. Adjetivo: classificação, flexão, emprego. Pronome: classificação, emprego, colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, formas de tratamento. Verbo: conjugação, flexão, propriedades, classificação, emprego, correlação dos modos e tempos verbais, vozes. Advérbio: classificação e emprego. Coordenação e subordinação. Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo da crase. Pontuação.

Bibliografia sugerida

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindleg. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio.
hOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto.

Conhecimentos Gerais

(para todos os cargos da Administração Direta)

Programa

A História de Contagem. O estado de Minas Gerais e suas políticas. O Brasil na nova ordem internacional. A globalização e os movimentos antiglobalização.

Bibliografia sugerida

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mundo globalizado. Política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001(Coleção repensando a História)
CONTAGEM. SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura de Contagem. Atlas escolar, histórico, geográfico e cultural. Contagem/MG, 2009.
GHON, Maria da Glória (org.) Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003 (Parte I).
<http://www.mg.gov.br> (temas referentes às políticas públicas) Obs: olhar mapa do site
Fontes televisivas, jornais e revistas recentes, internet.

LEGISLAÇÃO (para todos os cargos da Administração Direta)

Programa

Noções de Direito - Direito Constitucional: natureza, objeto e conceito. Constituição: conceito, classificação interpretação e eficácia. Poder constituinte: direitos e garantias fundamentais. A organização do Estado e a organização dos poderes na Constituição Brasileira de 1988. Direito Administrativo - Administração Pública: princípios, normas constitucionais. Organização administrativa - Administração Pública Direta e Indireta. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, validade e extinção. Contrato administrativo: conceito e características. Licitação Pública: princípios, modalidades, tipos e procedimentos. Servidor público: classificação, regimes e normas constitucionais.



Bibliografia sugerida

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV.

CONTAGEM. Lei Orgânica do Município de Contagem. Artigos 24 a 55.

CONTAGEM. Lei Complementar n. 105/2011, que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os Servidores Públicos do Município de Contagem da Administração Direta que integram os quadros setoriais da administração, da Conparq, da Transcon e do CINCO e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais: Título III, Capítulo I, Seções I a V.

Cargo: Fiscal de Atividades Urbanas

Conhecimentos Específicos

Programa

Conhecimentos gerais sobre vigilância ambiental, saneamento, patrimônio histórico, plano diretor. Estatuto da Cidade e desenvolvimento sustentável. Legislação ambiental e urbanística: municipal, estadual e federal; Lei Orgânica do Município. Estrutura administrativa do município.

Bibliografia sugerida

BRASIL. Lei Federal n.10.257/2001- Estatuto da Cidade (alterada pelas Leis n. 11.673/2008 e n.

11.977/2009)

BRASIL. Lei Federal de Parcelamento do Solo Urbano - Lei n. 6766, de 19 de dezembro de 1979 (alterada pela Lei n. 9.785/1999)

BRASIL. Código Florestal - Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (atualizado)

CONTAGEM. Lei Complementar n. 082/2010, que disciplina o parcelamento, a ocupação e o uso do solo no Município de Contagem, e dá outras providências.

CONTAGEM. Lei Complementar n. 087/2010 altera a Lei n. 082/2010.

CONTAGEM. Lei Complementar 033 de 26/12/2006 - Plano Diretor do Município de Contagem.

CONTAGEM. Leis 4.070/2007 e 4.123/2007 que alteram a Lei Complementar 033/2006

CONTAGEM. Decreto 1.102 de 12/02/2009 - Dispõe sobre alocação, denominação e atribuições dos órgãos que compõem a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento urbano e dá outras providências.

CONTAGEM. Lei Orgânica Municipal de 20 de março de 1990.

CONTAGEM. Lei Complementar n. 055, de 23 de dezembro de 2008 - Institui o Código de Obras do Município de Contagem e dá outras providências.

CONTAGEM. LEI n. 761 de 28 de janeiro de 1967- Código de Posturas do Município de Contagem

MINAS GERAIS. Cartilhas CREA MG: www.crea-mg.org.br/publicações/cartilhas/temas. Tema:

Acessibilidade: Guia de Acessibilidade em Edificações; Guia de Acessibilidade Urbana. Tema: Agenda 21

Agenda 21. Tema: Meio Ambiente: Manual de orientação/atuação do profissional da área ambiental Tema:

Patrimônio Cultural: Preservação do Patrimônio Cultural. Tema: Saneamento: Coleta Seletiva com inclusão

social. Coleta Seletiva. Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Plano de Gestão de Resíduos

Sólidos Urbanos. Tema: Urbanismo:

Estatuto da Cidade; Para entender o Plano Diretor.

MINAS GERAIS. Código Florestal Estadual - Lei n.. 14.309, de 19 de junho de 2002, alterada pela Lei 18.365, de 02 de setembro de 2009.

MINAS GERAIS. Código Florestal Estadual - Lei n.. 14.309, de 19 de junho de 2002, alterada pela Lei 18.365, de 02 de setembro de 2009.

Cargo: Técnico de Segurança do Trabalho:

Conhecimentos Específicos

Programa

Riscos de acidentes; acidentes de trabalho; mapa de risco; investigação de acidente de trabalho; programa de prevenção de riscos ambientais; instalação e serviços em eletricidade; máquinas e equipamentos; atividades e operações insalubres; ergonomia; equipamentos de proteção; proteção contra incêndios; avaliação de locais de trabalho;



doenças ocupacionais; confecção de pareceres e relatórios técnicos; emissão e encaminhamento da CAT e da CIAT; conhecimentos sobre o Perfil Profissiográfico ; Previdenciário – PPP; Normas Regulamentadoras NR's e CLT (relativas à Medicina e Segurança do Trabalho, como a NR-15)

Bibliografia Sugerida

- Segurança e Medicina do Trabalho – Manual de Legislação Atlas – 67ª edição
- Lei 8.213 de 24/07/1991 da Previdência Social e suas devidas alterações
- Lei 8.212 de 24/07/1991 da Previdência Social e suas devidas alterações
- Instrução Normativa INSS/PRES nº 45 de 06/08/2010
- Normas de Higiene Ocupacional – NHO 01 a 08 da FUNDACENTRO
- Recomendações Técnicas de Procedimentos – RTP 01 a 05 da FUNDACENTRO
- Decreto 44.746 de 29/02/2008 do Estado de Minas Gerais
- Lei nº 14.130 de 19/12/2001 do Estado de Minas Gerais
- Instruções Técnicas de 01 a 37 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Cargos: Arquiteto, Assistente Social, Engenheiro (Civil, Químico e Segurança do Trabalho), Geógrafo, Psicólogo E Médico do Trabalho.

LÍNGUA PORTUGUESA (para todos os cargos)

Programa

Compreensão e interpretação de textos. Variação linguística. Gêneros de texto. Coerência e coesão textuais. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Reforma ortográfica de 2009.

Estrutura da oração e do período. Aspectos sintáticos e semânticos. Substantivo: classificação, flexão, emprego. Adjetivo: classificação, flexão, emprego. Pronome: classificação, emprego, colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, formas de tratamento. Verbo: conjugação, flexão, propriedades, classificação, emprego, correlação dos modos e tempos verbais, vozes.

Advérbio: classificação e emprego. Coordenação e subordinação. Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo da crase. Pontuação.

Bibliografia sugerida

BRASIL. Manual de redação oficial da Presidência da República <<http://www.planalto.gov.br/ccivilq03/manual/manual.htm>>

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindleg. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione.

MINAS GERAIS: Manual de Redação Parlamentar Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olmpio. hOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto.

CONHECIMENTOS GERAIS (para todos os cargos)

Programa

A história de Contagem. O Estado de Minas Gerais e suas políticas. O Brasil na nova ordem internacional. A globalização e os movimentos antiglobalização.

Bibliografia sugerida

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mundo globalizado. Política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001(Coleção repensando a História)

CONTAGEM. SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura de Contagem. Atlas Escolar: Histórico, Geográfico e Cultural. Contagem/MG, 2009.

GHON, Maria da Glória (org.) Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003 (Parte I).

<<http://www.mg.gov.br>> (temas referentes às políticas públicas) Obs: olhar mapa do site Fontes televisivas, jornais e revistas recentes, internet.

LEGISLAÇÃO (para todos os cargos)

Programa

Noções de Direito - Direito Constitucional: natureza, objeto e conceito. Constituição: conceito, classificação interpretação e eficácia. Poder constituinte: direitos e garantias fundamentais. A organização do Estado e a organização dos poderes na Constituição Brasileira de 1988. Direito Administrativo - Administração Pública: princípios, normas constitucionais. Organização administrativa: administração pública direta e indireta. Ato



administrativo: conceito, elementos, atributos, validade e extinção. Contrato administrativo: conceito e características. Licitação pública: princípios, modalidades, tipos e procedimentos. Servidor público: classificação, regimes e normas constitucionais.

Bibliografia sugerida

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV.

CONTAGEM. Lei Orgânica do Município de Contagem. Artigos 24 a 55.

CONTAGEM. Lei Complementar nº 105/2011, que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os Servidores Públicos do Município de Contagem da Administração Direta que integram os quadros setoriais da administração, da Conparq, da Transcon e do CINCO e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais: Título III, Capítulo I, Seções I a V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ARQUITETO

Programa

História da arquitetura. Teoria da arquitetura. Projeto arquitetônico. Desenho arquitetônico. Perspectiva. Leitura e interpretação de projetos. Elementos de projeto. Projeto assistido por computador. Coordenação e compatibilização de projetos complementares ao projeto arquitetônico. Urbanismo. História do urbanismo. Desenho urbano. Implantação. Planejamento urbano e regional. Paisagismo. Planejamento ambiental. Projeto paisagístico. Conforto ambiental. Conforto térmico. Acústica arquitetônica. Iluminação natural e conservação de energia. Iluminação artificial. Luminotécnica básica. Resistência dos materiais. Fundações. Alvenaria estrutural. Estruturas de concreto. Estruturas metálicas. Sistemas estruturais. Projeto de estruturas. Construção de áreas urbanas e obras públicas. Habitação de interesse social. Planejamento, orçamento e controle de obras. Elaboração de especificações técnicas. Avaliação de bens. Materiais e técnicas de construção. Técnicas retrospectivas. Instalações elétricas, instalações hidrossanitárias. Águas pluviais. Topografia. Legislação. Segurança do Trabalho. Equipamentos de proteção individual e coletiva. Lei de Uso e Ocupação do Solo. Código de obras. Ética profissional.

Bibliografia sugerida

BENEVOLO, Leonardo. A arquitetura no novo milênio. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.

COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Orgs). Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/ Arte, 2008.

CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

FRAMPTON, henneth. Historia crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FROTA, Anesia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto térmico. 8. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

MASCARO, Juan Luis. O custo das decisões arquitetônicas. São Paulo: Nobel, 1985.

REBELLO, iopanan Conrado Pereira. A concepção estrutural e a arquitetura. 3. ed. São Paulo: Zigurate, 2003.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. A arquitetura bioclimática do espaço público. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Normas Técnicas ABNT

NBR 14653 - Norma para avaliação de bens.

NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão.

NBR 5626 - Instalação predial de água fria.

NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

NBR 9077 - Saídas de emergência em edifícios.

Legislação Aplicada

BRASIL. Lei Federal n. 10257/01. Estatuto da cidade.

BRASIL. Lei Federal n. 6766/79. Parcelamento do solo urbano.

BRASIL. Resolução 205. Código de ética profissional do engenheiro, arquiteto, agrônomo e profissões afins.

BRASIL.

Resolução 218. Atribuições do engenheiro, arquiteto, agrônomo e profissões afins.

ASSISTENTE SOCIAL

Programa

Serviço social contemporâneo nas relações de trabalho. O assistente social no processo de trabalho



institucional e suas implicações no resultado do processo. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. As transformações contemporâneas e suas derivações na organização e na gestão do trabalho. As implicações desse processo no trabalho do assistente social. Planejamento, gestão, elaboração e execução de projetos sociais. Ética profissional em serviço social e o Código de Ética do Assistente Social. A seguridade social brasileira, histórico da previdência social no Brasil e o processo da reforma da previdenciária brasileira.

A atuação profissional na previdência e o projeto ético-político do assistente social.

Bibliografia sugerida

- AGUILAR, Maria José e ANDER EGG, Ezequiel. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis. Vozes, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos sociais. Porto Alegre: Tomo, 2003. Coleção Amencar.
- BRASIL. CEFESS. Código de ética profissional do assistente social, Lei n. 8.662/93. 3. ed., Brasília, 1997.
- BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate do judiciário, no penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. Lei n. 10. 741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.
- BRASIL. Lei n. 11.340, de 07.08.2006 - Violência doméstica e familiar contra a mulher.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 8.742/93. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004, Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, julho, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, 2009.
- CARNEIRO e COSTA (Org.). Gestão social. O que há de novo Volumes 1 e 2. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2004. Disponível www.fjp.gov.br
- COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível. São Paulo: Cortez, 2006.
- GUERRA, Iolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 62, 2000.

ENGENHEIRO (Civil)

Conhecimentos Específicos

Programa:

Programa Resistência dos materiais: tensão e deformação; solicitação axial (tração e compressão); solicitação por corte (cisalhamento); torção; flexão; flambagem; energia de deformação. Conceitos básicos de análise estrutural; estruturas de concreto, aço e madeira - cálculo e dimensionamento.

Materiais de construção. Aglomerantes: cal, gesso e cimento: características e propriedades. Agregados: classificação. Concretos: propriedades nos estados fresco e endurecido, fator água/cimento, resistência mecânica e durabilidade. Argamassas: classificação, propriedades essenciais. Revestimentos cerâmicos: tipos, classificação, assentamento convencional e com argamassa colante, juntas de dilatação.

Mecânica dos solos e fundações: fundamentos de geologia aplicada; caracterização e classificação dos solos; prospecção geotécnica do subsolo; riscos geológicos; compactação; análise da estabilidade de taludes; movimento de terra: aterro e desaterro; microdrenagem; proteção de encostas.

Processos construtivos: formas de madeira e metálicas para estruturas de concreto armado, produção e lançamento do concreto, cura, adensamento e desforma.

Planejamento e orçamento de obras: estudo de viabilidade técnico-econômica; dimensionamento e gerenciamento de equipes e de equipamentos; redes PERT; levantamento de materiais e mão de obra; planilhas de quantitativos e de composições de custos; listas de insumos; valores por itens; cronogramas físico-financeiros; softwares comerciais para orçamentos.

Hidráulica: mecânica dos fluidos; drenagem pluvial e drenos superficiais e profundos. Instalações prediais: noções de instalações de água fria, de água quente, de prevenção de incêndios, de águas pluviais, de esgotos sanitários e de disposição de resíduos sólidos; instalações elétricas domiciliares; materiais; elementos e sistemas construtivos; patologia e manutenção. Ambiente de trabalho na construção civil. NR8 - Edificações; NR10 - Segurança em instalações e serviços de eletricidade; NR11 - Transporte,



movimentação, armazenamento e manuseio de materiais; NR17 - Ergonomia; NR18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção; NR23 - Proteção contra incêndio; EPIs e EPCs utilizados em obras e serviços; critérios básicos para a promoção de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Saneamento ambiental: saneamento básico como instrumental no controle de endemias; resíduos sólidos (características, disposição no solo, reaproveitamento de resíduos da construção civil).

Bibliografia sugerida

- ABNT. Instalação predial de água fria (NBR 5626). Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- ABNT. Instalações elétricas de baixa tensão (NBR 5410). Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- ABNT. Instalações prediais de águas pluviais (NBR 10844). Rio de Janeiro: ABNT, 1989.
- ABNT. Manutenção de edificações: Procedimento (NBR 5674). Rio de Janeiro: ABNT, 1999.
- ABNT. Sistemas prediais de esgoto sanitário: Projeto e execução (NBR 9649). Rio de Janeiro: ABNT, 1999.
- ABNT. Projeto de estruturas de concreto - procedimento (NBR 6118). Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- ABNT. Projeto e execução de fundações (NBR 6122). Rio de Janeiro: ABNT, 1996.
- ABNT. Projeto e execução de estruturas de aço de edifícios (NBR 8800). Rio de Janeiro: ABNT, 1986.
- AZEVEDO NETTO, J. M. et al. Manual de hidráulica. 8 ed. atualizada. São Paulo: Blücher, 1998.
- BARROS, R. T. V. et al. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. saneamento. Belo Horizonte: DESA/UFMG. 1995, v. 2.
- BAUER, L. A. F. Materiais de construção. Rio de Janeiro: LTC. 1997, v. 1 e 2. CREDER H. Instalações elétricas. 14. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2002
- FIORITO, A. J. S. I. Manual de argamassas e revestimentos: estudos e procedimentos de execução. São Paulo: Pini. 1994.
- GERE, J. Mecânica dos materiais. São Paulo: Thomson Pioneira. 2003.
- GOLDMAN P. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. 3. ed. São Paulo: Pini, 2000.
- GOMIDE, T., PUJADAS, F., FAGUNDES NETO, J. Técnicas de inspeção e manutenção predial. São Paulo: Pini, 2006.
- HACHICH n. et al. Fundações: teoria e prática. São Paulo: PINI. 1998.
- LEET h. M. et al. Fundamentos da análise estrutural. São Paulo: McGraw-Hill. 2009.
- LIMMER, C. V. Planejamento, orçamentação e controle de projetos. Rio de Janeiro: LTC. 1997.
- MATTOS A. Como preparar orçamentos de obras. São Paulo: Pini, 2007.
- METHA, P. h.; MONTEIRO, P. J. M. Concreto, estrutura, propriedades. São Paulo: Pini, 1994.
- SOUZA V. C. M., RIPPER, T. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: PINI, 1998.
- VIANNA, M. R. Instalações hidráulicas prediais. Belo Horizonte: Imprimatur, 2004 iASIGI, n. A técnica de edificar. 5. ed. São paulo: Pini, 2003.

ENGENHEIRO (Químico)

Conhecimentos Específicos

1. PROCESSOS INDUSTRIAIS: projeto de processos químicos; análise de processos; estratégia de cálculo; avaliação econômica preliminar; otimização paramétrica; síntese de processos e de sistemas de separação. **2. OPERAÇÕES UNITÁRIAS DA INDÚSTRIA QUÍMICA:** Propriedades gerais dos sólidos. Silagem. Cominuição. Análise granulométrica. Transporte de sólidos. Fluidização. Transporte pneumático e compressores. Filtração. Centrifugação. Separação de líquidos imiscíveis. Secagem. Concentração. Processos de separação. Importância. Características. **3. NOÇÕES DE ANÁLISE DE RISCO:** APP – Análise Preliminar de Perigos. HAZOP – Análise de Perigos e Operabilidade. AAF – Análise de Árvore de Falhas. **4. NOÇÕES DE QUÍMICA AMBIENTAL:** Conceitos fundamentais de Química ambiental. Química das águas. Química da atmosfera. Química dos solos. Poluição ambiental. Principais agentes químicos poluidores. Toxicologia ambiental. **5. TECNOLOGIAS DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS INDUSTRIAIS E ESGOTO SANITÁRIO:** Características dos efluentes líquidos e sistemas de tratamento: características dos efluentes líquidos: físicas, químicas e biológicas, o registro de efluentes industriais. . Métodos físicos de tratamento de efluentes líquidos: conceitos principais, peneiramento e desintegração; equalização e mistura; floculação; decantação e flotação. Tratamento biológico de efluentes líquidos: princípios de oxidação biológica e tipos de tratamento biológico; equações do metabolismo biológico; processo de lodos ativados; remoção de nutrientes inorgânico; lagoas; tratamento de lodos; tratamento anaeróbico. Métodos químicos de tratamento de efluentes líquidos: coagulação; precipitação química; oxidação; adsorção com carvão ativado; tecnologias com membrana. **6. TECNOLOGIAS DE TRATAMENTO DE**



RESÍDUOS SÓLIDOS: Definição. Classificação. Destino do Lixo. Poluição gerada. Aterros Sanitários. Incineração e Compostagem. Importância da reciclagem. **7. TECNOLOGIAS DE TRATAMENTO DE EMISSÕES GASOSAS:** Características dos poluentes gasosos: material particulado; compostos orgânicos voláteis; níveis de concentração dos poluentes atmosféricos; padrão de qualidade do ar; efeitos da poluição atmosférica. Estudo dos efeitos da poluição atmosférica: física e química da atmosfera; modelos de dispersão dos poluentes na atmosfera; emissões veiculares; métodos de controle da emissão de óxidos de nitrogênio e de enxofre. Dispositivos de controle das emissões atmosféricas: separadores ciclone; lavadores de gases; filtros; filtros manga; precipitadores eletrostáticos. **8. TECNOLOGIAS DE TRATAMENTO DE SOLOS CONTAMINADOS:** Tratamento Térmico. Tratamento Físico-Químico. Tratamento biológico. **9. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL:** Conceito. Política Nacional de Meio Ambiente – Lei 6.938/81. Legislação Ambiental na Constituição Federal. Crimes Ambientais – Lei 9.605/98. Resoluções CONAMA. Responsabilidade da pessoa jurídica. Responsabilidades e penalidades ambientais. Estrutura hierárquica da legislação e da fiscalização ambiental. Licenciamento ambiental.

Referência Bibliográfica:

- ATKINS P. W.; JONES L. *Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BAIRD, C. *Química Ambiental*. Porto Alegre: Editora Bookman, 2004.
- BEGA, E. A. *Instrumentação Industrial*, IBP, 2006.
- BRAILE, P.M., CAVALCANTI, J.E.W.A. *Manual de Tratamento de Águas Residuárias Industriais*. São Paulo: CETESB, 1993.
- BRASIL, N. I. *Introdução à Engenharia Química*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004.
- CAMPOS, M. C, TEIXEIRA, H. C. G. *Controles Típicos de Equipamentos e Processos*, 2006.
- CAVALCANTI J E. W. A. *Manual de Tratamento de Efluentes Industriais*. Editora ABES, 2009.
- DUARTE, M. *Riscos Industriais: etapas para a investigação e a prevenção de acidentes*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ – FUNENSEG, 2002.
- FOUST, A. S. *et al. Princípios das Operações Unitárias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.
- HARRIS, D.C. *Análise Química Quantitativa*. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2005.
- LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: disponível em: www.mma.gov.br ; www.ana.gov.br
- LIMA, L.M. *Lixo: tratamento e biorremediação*. 3ª ed. São Paulo: Hemus, 2004.
- LORA, E. E. S. *Prevenção e Controle da Poluição nos Setores Energético, Industrial e de Transporte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.
- MANO, E.B. *et al. Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem*. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- PERLINGEIRO, C. A. G. *Engenharia de processos: análise, simulação, otimização e síntese de processos químicos*. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- ROCCO, R. (Org.). *Legislação Brasileira do Meio Ambiente*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- SENADO FEDERAL. *Saneamento Básico e Tratamento de Rejeitos e Resíduos – volume VII*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- VOGEL, A.I. *Análise Química Quantitativa*. 5ª ed. LTC Editora: Rio de Janeiro, 1992.
- VOGEL, A. I. *Química Analítica Qualitativa*. 5ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.
- WONGTSCHOWSKI, P. *Indústria Química – 2ª ed. Revista e Ampliada*. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

ENGENHEIRO (Segurança do Trabalho)

Conhecimentos Específicos

Programa:

Introdução ao estudo da segurança, higiene e saúde dos trabalhadores (segurança do trabalho, higiene ocupacional, ergonomia, medicina do trabalho, ventilação industrial, equipamentos de proteção individual, CIPA, SESMT, programas de segurança, saúde e gestão de riscos). Acidente do trabalho (acidente do trabalho- Lei nº 8.213/91, conceito legal, CAT, benefícios, consequências do acidente do trabalho, responsabilidade civil pelo acidente do trabalho,



responsabilidade penal pelo acidente do trabalho), conceito prevencionista, estudo de Heinrich, estudo de Bird, estudos da ICNA, estatísticas dos acidentes do trabalho, análise e investigação de acidentes (método da árvore de causas, método de causa efeito e relatórios da análise dos acidentes). Segurança do trabalho (segurança em eletricidade, proteção e combate à incêndio, máquinas e equipamentos, caldeiras e vasos sob pressão, transporte, armazenamento e manuseio de materiais, cor e sinalização, segurança na construção civil, segurança na mineração). Higiene ocupacional (ruído, vibrações, calor, frio, radiações ionizantes e não ionizantes, agentes químicos, agentes biológicos). Ventilação industrial (Classificação dos sistemas de ventilação, ventilação geral, ventilação local exaustora, ventilação- normas regulamentadoras). Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e CIPA (SESMT, CIPA). Equipamento de proteção individual (Conceito, obrigações quanto aos EPI's, certificado de aprovação, competências do Ministério do Trabalho, seleção dos EPI's, gerenciamento do uso do EPI). Ergonomia (Conceitos, levantamento, transporte e descarga industrial de peso, mobiliário dos postos de trabalho, equipamentos dos postos de trabalho, organização do trabalho, condições ambientais de trabalho). Insalubridade, periculosidade e aposentadoria especial. Programas de segurança e saúde no trabalho (PPRA, PCMSO, relação entre o LTCAT, PPRA e PPP, programa de conservação auditiva, programa de proteção respiratória, programa de gerenciamento de riscos, programa de condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e sistemas de gestão de saúde e segurança ocupacionais).

Bibliografia Sugerida

- CARDELLA, Benedito, Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes: uma abordagem holística, ATLAS, 2009.
- ATLAS. Manuais de legislação Atlas Segurança e medicina do Trabalho, 66ª ed. São Paulo, Atlas, 2010. - SPINELLI, Robson, Higiene Ocupacional: agentes biológicos, físicos e químicos, SENAC/SP, 4ª edição. - FUNDACENTRO, Norma de Higiene Ocupacional 01, Avaliação da Exposição Ocupacional ao Ruído, disponível em www.fundacentro.gov.br/conteudo.asp?D=CTN&C=253&menuAberto=196
- FUNDACENTRO, Norma de Higiene Ocupacional 06, Avaliação da Exposição Ocupacional ao Calor, disponível em www.fundacentro.gov.br/conteudo.asp?D=CTN&C=253&menuAberto=196k
- FUNDACENTRO, Torloni, Maurício, Programa de Proteção Respiratória, seleção e uso de respiradores, São Paulo, 2002, disponível em www.fundacentro.gov.br/dominios/SES/anexos/programadeprotecaorespiratoria.pdf.
- INSS, Manual de instruções para preenchimento da comunicação de acidente do trabalho - CAT. maio 1999. Disponível em: www.mpas.gov.br/arquivos/office/4_101112-101538-142.pdf

Segurança e Medicina do Trabalho – Manual de Legislação Atlas – 67ª edição

- Lei 8.213 de 24/07/1991 da Previdência Social e suas devidas alterações
- Lei 8.212 de 24/07/1991 da Previdência Social e suas devidas alterações
- Instrução Normativa INSS/PRES nº 45 de 06/08/2010
- Normas de Higiene Ocupacional – NHO 01 a 08 da FUNDACENTRO
- Recomendações Técnicas de Procedimentos – RTP 01 a 05 da FUNDACENTRO
- Decreto 44.746 de 29/02/2008 do Estado de Minas Gerais
- Lei nº 14.130 de 19/12/2001 do Estado de Minas Gerais
- Instruções Técnicas de 01 a 37 do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

GEÓGRAFO

Programa

Reconhecimento, análise e interpretação da organização espaço-temporal do território na escala municipal. Regionalização do território nas diversas escalas espaciais de análise (do local ao global). Pesquisas e levantamentos fisiográficos, hidrográficos, climáticos, topográficos, toponímios e estatísticos de áreas específicas.

Estudos relativos à alteração de limites administrativos.

Planejamento e execução de mapeamentos temáticos destinados à administração e mitigação de problemas municipais.

Elaboração de projetos de pesquisas e proposição de procedimentos metodológicos voltados para o aproveitamento, desenvolvimento e preservação de recursos ambientais.

Elaboração de diagnósticos e pareceres relativos aos impactos socioambientais.



Desenvolvimento de diagnósticos e pareceres aplicados à estruturação do espaço municipal.
Técnicas de fotointerpretação, cartografia, quantificação e outras pertencentes ao campo da Cartografia.

Bibliografia sugerida

- ABsSABER, A. N. O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz AbsSaber / em depoimento a Cgnara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ABSi, M. C.; ASSUNÇÃO, F. N. A.; FARIA, S. C. de (coord.). Avaliação de impacto ambiental: agentes sociais procedimentos e ferramentas. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / IBAMA, 1995.
- ARAÚJO, G. H. de S.; ALMEIDA, J. R. de; GUERRA, A. J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BURSZTIIN, M. A. A. Gestão ambiental: instrumentos e práticas. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / IBAMA, 1994.
- CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.
- DREN, D. Processos Interativos Homem-Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1986.
- GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S.B.da (org.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- IBAMA. Diretrizes de pesquisa aplicada ao planejamento ambiental. Coleção Meio Ambiente / Série Diretrizes - Gestão Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1994.
- SÁNCHEZ, L.E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. Leis e decretos municipais:
- CONTAGEM. Lei municipal n. 3.789, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de aplicação e dá outras providências (Prefeitura Municipal de Contagem).
- CONTAGEM. Lei municipal n. 4.135, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a criação da Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem - ConParq e dá outras providências (Prefeitura Municipal de Contagem).
- CONTAGEM. Decreto municipal n. 1.030, de 03 de novembro de 2008. Regulamenta o procedimento para poda, supressão e transplante de espécimes arbóreos e dá outras providências (Prefeitura Municipal de Contagem).
- CONTAGEM. Lei n. 4.223, de 14 de janeiro de 2009. Altera Anexos da Lei n. 4.135, de 28 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a criação da Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem - ConParq e dá outras providências (Prefeitura Municipal de Contagem).

CARGO: PSICÓLOGO:

Conhecimentos Específicos

Programa:

Noções sobre desenvolvimento humano e funcionamento psíquico. Conhecimento das teorias e técnicas de intervenção psicológica. Psicopatologia: critérios de normalidade, concepção de saúde e doença mental. Fundamentos e técnicas de exame psicológico e psicodiagnóstico. Processo grupal, motivação, liderança, comunicação organizacional, trabalho em equipe, mediação de conflitos, doenças ocupacionais, dependência química, psicossomatizações. Treinamento, desenvolvimento, administração de recursos humanos, avaliação de desempenho, orientação profissional, absenteísmo. Ética no serviço público. Participação do Psicólogo na construção e desenvolvimento de projeto político-pedagógico. Atuação do psicólogo em equipes multidisciplinares. Elaboração de Relatórios e Pareceres Psicossociais. Orientação Familiar. Psicologia Social. Assistência Social. Estatuto da criança e do adolescente (Lei 8.069). Política e exclusão social. Lei Maria da Penha (Lei 11.340). SUAS (Sistema Único da Assistência Social). CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Projetos sociais em vigor. Lei Orgânica da Assistência social – LOAS (Lei 8742/93) Leis, regulamentações, estatutos e demais resoluções do trabalho profissional do Psicólogo.

Bibliografia:

- AZZI, R.G.; BATISTA, S.H.S.S.; SADALLA, A.M.F.A. (org.) Psicologia e formação docente: desafios e conversas. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002.
- BOCK, A. M. B., Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia" (disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500018)
- BOCK, A. M. B. Psicologia e Compromisso Social. São Paulo: Cortez, 2003.

BOCK, A.; FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. Psicologias. 5.ed., Saraiva, 1993.



- BOCK, Silvio D. Orientação Profissional: A Abordagem Sócio-Histórica. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)
- BRASIL. Lei Federal nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha.) Brasília. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. Assistência Social. Brasília, julho, 2005. (<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>)
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. Brasília, julho, 2005.
- Brasil. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, 2001. Capítulo 10.
- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel do recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 3a ed. 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Legislação. Resoluções. (<http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/legislacao/>)
- CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery. O psicólogo e a promoção de Saúde na Educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- CRP. Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. Legislação. (<http://www.crpmg.org.br>)
- CUNHA, Jurema Alcides. Psicodiagnóstico-V. 5a ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. Porto Alegre: ArtMed, 2008. 2ª ed
- GOULART, Iris Barbosa e SAMPAIO, Jáder dos Reis. Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: estudos contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- JACÓ-VILELA, A. M. & SATO, L. (Orgs.). Diálogos em Psicologia Social. Porto Alegre: ABRAPSUL, 2007.
- LAPASSADE, Georges. Grupos Organizações e Instituições. Editora Francisco Alves, 1989. 3ª edição
- LEVENFUS, Rosane Schotgues e SOARES, Dulce Helena Penna & Cols. Orientação Vocacional Ocupacional – Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa. São Paulo: Artmed Editora S.A., 2002.
- MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- PAPALIA, Diane; OLDS, Sally. Desenvolvimento Humano. 10. ed. Editora McGraw 2010.
- SPINK, Mary Jane. Psicologia Social e Saúde. Editora Vozes. 6ª Edição. 2009

CARGO: MÉDICO DO TRABALHO

Conhecimentos Específicos

Programa:

As relações produção ambiente e saúde; Políticas de Saúde do Trabalhador no SUS - Saúde do trabalhador no âmbito do SUS; Vigilância em Saúde do Trabalhador. Vigilância Epidemiológica em Saúde do Trabalhador.;Agravos relacionados ao trabalho. Conceito, relação saúde/doença/ambiente. Doenças ocupacionais e profissionais. Doenças causadas por agentes físicos, químicos e biológicos; Doenças do trabalho relacionadas aos sistemas cardiovascular, digestivo, endócrino, hemolinfático, neuropsíquico, osteomuscular, respiratório, tegumentar, urogenital, oftálmico e otolaringológico. Doenças infecciosas e cânceres relacionados ao trabalho; Código de Saúde de Contagem - Lei Complementar 103 de 21 de janeiro de 2011; Acidentes de trabalho - conceito de acidente do trabalho, investigação e análise dos acidentes de trabalho, medidas de prevenção; Perícia médica, sigilo profissional, atestado e relatório médico, mudança de cargo/função. Laudo pericial e os processos trabalhistas - proteção do trabalhador, da mulher e do menor; Ergonomia - conceitos e bases da ergonomia. Análise ergonômica de trabalho. Análise de situação de trabalho - a abordagem da tarefa e da atividade. Identificação dos aspectos biomecânicos – posturas e gestos – em situações reais de trabalho. Identificação dos aspectos psíquicos – exigências cognitivas e afetivas das tarefas; Legislação previdenciária e acidentária (CLT): Decreto n.º 3.048/1999; Portaria 3.214/1978 e Legislação pertinente a Saúde: Lei 8.080/1990; Portaria 3.120/1998; Portaria 2.669/2009; Portaria 2.728/2009; Portaria 3.252/2009; Organização dos serviços de saúde do trabalhador. Organização Internacional do Trabalho e Normas Internacionais do Trabalho. Recomendações 112/59 da OIT - Convenção 161/85 da OIT NR4_SESMT, NR5 - CIPA, NR7 - PCMSO, NR9 – PPRA; EPI - Equipamentos de proteção



Individual; PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário; PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; RENAST- Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador; Saúde ambiental e repercussões na saúde individual e coletiva. Mapeamento de riscos - ações de saúde e de segurança do trabalho; Toxicologia ocupacional: Agentes tóxicos, exposições e vias de introdução; Parâmetros para controle biológico da exposição ocupacional a agentes químicos; Parâmetros para monitorização da exposição ocupacional a riscos à saúde - (Norma Regulamentadora N° 7 - da Portaria 3214/1978 do Ministério do Trabalho e Emprego); Campanhas de educação e prevenção em saúde, planejamento, implantação e execução de programas. AIDS, Alcoolismo, Tabagismo e uso de drogas; Política Nacional de Promoção da Saúde;

Bibliografia Sugerida

BARRETO, Mauricio L.ima. Papel da epidemiologia no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde no Brasil: histórico, fundamentos e perspectivas. *Rev. bras. epidemiol.*, São Paulo, Nov. 2002, vol.5, suppl.1, p.4-17. Disponível em:

<<http://www.scielosp.org/pdf/rbepid/v5s1/03.pdf>>, acesso em 15/08/11.

BINDER, M. C. P. O uso do método de árvore de causas na investigação de acidentes de trabalho típicos. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 23, n 87/88, p. 69-92, 1997.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19/9/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 15/08/11.

BRASIL. Decreto n. 3.048, de 06/05//1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1999/3048.htm>>. Acesso em: 15/08/11.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 678, de 30 de março de 2006. Aprova a Política de Promoção da Saúde. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>>, acesso em 15/08/11.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/101286-2728.html?q=>>, acesso em 15/08/11.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.669, de 3 de novembro de 2009. Estabelece prioridades, objetivos, metas e indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto pela Saúde, nos componentes pela Vida e de Gestão, e as orientações, prazos e diretrizes do seu processo de pactuação para o biênio 2010 - 2011. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/101225-2669>>, acesso em 015/08/11.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 3.252, de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/102068-3252>>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.488/1998. Publicada no D.O.U., de 06 março 1998, Seção I, pg.150. Modificada pela Resolução CFM n. 1.810/2006. Modificada pela Resolução CFM nº 1.940/2010. Dispõe de normas específicas paramédicos que atendam o trabalhador. Disponível em:

<http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1998/1488_1998.htm>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução Nº 1.715, de 8 de Janeiro de 2004. Regulamenta o procedimento ético-médico relacionado ao Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). Conselho Federal de Medicina. Brasília/DF: Disponível em: <www.cfm.org.br> ou em:

http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2004/1715_2004.htm>, aceso em 15/08/11.



BRASIL. Instituto Nacional de Seguro Social. INSS - Presidente INSS. Instrução Normativa INSS/PRES nº 27, de 30 de abril de 2008 - DOU de 02/05/2008. Altera a Instrução Normativa nº 20/INSS/PRES, de 10/10/07. Instituto Nacional de Seguro Social. INSS. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/38/INSS-PRES/2008/27.htm>>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil. Doenças Relacionadas ao Trabalho. Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Série A. Normas e Manuais Técnicos. nº 114. Organizado por DIAS, Elizabeth C. et al. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde/Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, Brasília/DF: 2001. 580p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº 1.339/GM - MS, em 18 de novembro de 1999. Institui a Lista de Doenças relacionadas ao Trabalho, a ser adotada como referência dos agravos originados no processo de trabalho no Sistema Único de Saúde e dá outras providências. Publicada em DOU de 19/11/1999, seção I, página 2. Ministério da Saúde. Brasília/DF: Disponível em: <www.saude.sc.gov.br/SaudeTrabalhador/portarias/Portaria%201339.doc>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 104/GM de 25/Jan/2011. Define as terminologias adotadas em legislação nacional, conforme o disposto no Regulamento Sanitário Internacional 2005 (RSI 2005), a relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória em todo o território nacional e estabelece fluxo, critérios, responsabilidades e atribuições aos profissionais e serviços de saúde. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Legislação em Saúde – Caderno de Legislação em Saúde do Trabalhador – 2º Edição Revisada e Ampliada. Série E. Legislação em Saúde. Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde. 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_legislacao_st1.pdf>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Saúde do Trabalhador. Caderno de Atenção Básica Nº 5. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_12.pdf>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. Portaria n.º 25, de 29 de dezembro de 1994. (DOU de 30/12/94 – Seção 1 – págs 21.280 a 21.282). (Republicada em 15/12/95 – Seção 1 – págs 1.987 a 1.989). Estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA. Brasília/DF: 1994. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/legislacao/portarias/1994/p_19941229_25.pdf>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho. NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Texto dado pela Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994. Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e dá outras providências. Brasília/DF: 1994. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr7.htm>>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.679/02. Ministério do Trabalho - (RENAST) Portaria nº1679/GM de 19 de setembro de 2002. Dispõe sobre a estruturação da rede nacional de atenção integral à saúde do trabalhador no SUS e dá outras providências. RENAST. Ministério da Saúde. Brasília/DF: 2002. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2002/Gm/GM-1679.htm>>, acesso em 15/08/2011.



BRASIL. Ministério do Trabalho. Segurança e Medicina do Trabalho. Manual de Legislação Atlas. NR 1 a 34. CLT – ARTS. 154 a 201 – LEI Nº 6.514, de 22/12/1977 / Portaria Nº 3.214 de 8/6/1978. 67ª edição, Editora: ATLAS, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Diretora do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho. Secretária de Inspeção do Trabalho. Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978. (DOU de 06/07/78 - Suplemento). “Aprova as Normas Regulamentadoras da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho e dá outras providências”, com a redação da Portaria n.º 125, de 12 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.udop.com.br/download/legislacao/seguranca/equipamentosprotecao/port_125_epi.pdf>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. RENAST - Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. Manual de Gestão e Gerenciamento. 1ª edição, Brasília/DF: 2006. Ministério da Saúde/SUS/ RENAST. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ManualRenast06.pdf>>, acesso em 15/08/11.

BRASIL. Presidência da república. Diário Oficial da União. LEI nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília/DF: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>, acesso em 15/08/11

CONTAGEM. Diário Oficial do Município. Lei Complementar nº 103 de 20/Jan/2011. Dispõe sobre o Código de Saúde do Município de Contagem e dá outras providências. Título II - Capítulo VI. Prefeitura Municipal de Contagem. Contagem: 2011. Disponível em: <<http://novo.contagem.mg.gov.br/?legislacao=278453>>, acesso em 15/08/11.

BUSCHINELLI, J. T. P.; ROCHA, L. E. ; RIGOTTO, R. M. (Orgs.) Isto é trabalho de gente? Vida, doença e trabalho no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis: 1994.

CÂMARA, V. M.; GALVÃO, L. A. C. A Patologia do Trabalho numa Perspectiva Ambiental. In: MENDES, Rene. Patologia do Trabalho. Cap. 41. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

DEJOURS, Christophe. A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho. 5ª edição, França: Editora Cortez, 2008.

DIAS, Elizabeth Costa; HOEFEL, Maria da Graça. O desafio de implementar as ações de saúde do trabalhador no SUS: a estratégia da RENAST. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v.10, n. 4, p. 817-827. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a07v10n4.pdf>>, acesso em 15/08/11.

FERNANDES, Rita de Cássia Pereira; ASSUNCAO, Ada Ávila and CARVALHO, Fernando Martins. Mudanças nas formas de produção na indústria e a saúde dos trabalhadores. *Ciênc. saúde coletiva*. 2010, vol.15, supl.1, pp. 1563-1574. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/068.pdf>>, acesso em 15/08/11.

GUÉRIN, François. Compreender o trabalho para transformá-lo: A Prática da Ergonomia. São Paulo: Blucher: Fundação Vanzolini, 2001.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Processo de Produção e Saúde. Trabalho e Desgaste Operário. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, 333 pp.

MACHADO. J. M. H. Processo de Vigilância em Saúde do Trabalhador. In. Cadernos de Saúde Pública. Suplemento nº 2, pp. 33 – 45. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, Nº 13, 1997. Disponível em: < <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v13s2/1362.pdf>>, acesso em 15/08/11.



MENDES, Eugênio V. (Org.). O sistema único de saúde um processo social em construção. São Paulo: Edição Hucitec, 3ª edição, 1995. Disponível em: <http://www.opas.org.br/rh/publicacoes/textos_apoio/ACF9371.pdf>, acesso em 15/08/11.

MENDES, René & DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Rev. Saúde Pública*. 1991, vol.25, n.5, pp. 341-349. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v25n5/03.pdf>>, acesso em 15/08/11.

ROUQUARIOL, Maria Zélia; ALMEIDA F^o, Naomar. Epidemiologia e Saúde. Editora Medici. 6ª edição, Editora Guanabara Koogan, 2009. Capítulo XVIII, pp 431 - 456.

SANTANA, Vilma Sousa et al. Gravidade dos acidentes de trabalho atendidos em serviços de emergência. *Rev. Saúde Pública*. 2009, vol.43, n.5, pp. 750-760. Epub Sep 25, 2009. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v43n5/630.pdf>>, acesso em 15/08/11.

VIEIRA, M.C. F. O trabalho domiciliar e sua relação com a saúde do trabalhador: uma revisão da literatura brasileira no período de 2000 a 2009. 2009. Dissertação (Mestrado) – ENSP/FIOCRUZ – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://bvssp.iciet.fiocruz.br/pdf/25707_vieiramcfm.pdf>, acesso em 15/08/11.

2 - EDUCAÇÃO - Administração Direta

NÍVEL MÉDIO COMPLETO

Cargo: Assistente de Gestão Educacional

LÍNGUA

PORTUGUESA

Programa

Compreensão e interpretação de textos. Variação linguística. Gêneros de texto. Coerência e coesão textuais. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Reforma ortográfica de 2009. Estrutura da oração e do período. Aspectos sintáticos e semânticos. Substantivo: classificação, flexão, emprego. Adjetivo: classificação, flexão, emprego. Pronome: classificação, emprego, colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, formas de tratamento. Verbo: conjugação, flexão, propriedades, classificação, emprego, correlação dos modos e tempos verbais, vozes. Advérbio: classificação e emprego. Coordenação e subordinação. Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo da crase. Pontuação.

Bibliografia sugerida

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindleg. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio.
hOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto.

Conhecimentos

Gerais

Programa

A História de Contagem. O estado de Minas Gerais e suas políticas. O Brasil na nova ordem internacional. A globalização e os movimentos antiglobalização.

Bibliografia sugerida

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mundo globalizado. Política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001(Coleção repensando a História)
CONTAGEM. SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura de Contagem. Atlas escolar, histórico, geográfico e cultural. Contagem/MG, 2009.
GHON, Maria da Glória (org.) Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003 (Parte I).

<http://www.mg.gov.br> (temas referentes às políticas públicas) Obs: olhar mapa do site



Fontes televisivas, jornais e revistas recentes, internet.

LEGISLAÇÃO (para todos os cargos da Educação)

Programa

Noções de Direito - Direito Constitucional: natureza, objeto e conceito. Constituição: conceito, classificação interpretação e eficácia. Poder constituinte: direitos e garantias fundamentais. A organização do Estado e a organização dos poderes na Constituição Brasileira de 1988. Direito Administrativo - Administração Pública: princípios, normas constitucionais. Organização administrativa - Administração Pública Direta e Indireta. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, validade e extinção. Contrato administrativo: conceito e características. Licitação Pública: princípios, modalidades, tipos e procedimentos. Servidor público: classificação, regimes e normas constitucionais.

Bibliografia sugerida

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV.

CONTAGEM. Lei Orgânica do Município de Contagem. Artigos 24 a 55.

CONTAGEM. Lei Complementar n. 105/2011, que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os Servidores Públicos do Município de Contagem da Administração Direta que integram os quadros setoriais da administração, da Conparq, da Transcon e do CINCO e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais: Título III, Capítulo I, Seções I a V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Programa:

Concepções de educação e escola; Função social da escola. Políticas educacionais. Projeto político-pedagógico: fundamentos, planejamento e implementação. Avaliação e registro. Gestão participativa na escola.

Bibliografia Sugerida:

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Constituição da República Federativa do Brasil – artigos 205 a 214, 217 E 225.

Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996.

Lei Federal no 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências – arts. 7º a 24; 53 a 69; 86 a 89; 131 a 140.

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005 – Altera os artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos 06 (seis) anos de idade.

LIVROS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

COLOMBO, Sônia Simões (Org.). Gestão educacional: uma nova visão. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2004. 261 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os fora de série na escola. Campinas: Armazém do Ipê, 2005. 89 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil et al. O plano de desenvolvimento da educação. São Paulo: Ação Educativa, 2007. 60 p.

DALBEN, Angela Imaculada Loureiro de Freitas (Org.). Avaliação educacional: memórias, trajetórias e propostas. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2008. 248 p.

DAYREL, Juarez. (org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DELORS, Jacques (org.). Educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HADJI, C. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis: Vozes, 2006. 132p.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNESCO, 2004

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de. Gestão educacional: novos olhares e novas abordagens. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 119p. ISBN 8532630944

PACHECO, José. (Org.). Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. São Paulo: Artmed, 2007. viii, 230 p.



PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.

ROTH, Berenice Weissheimer (Org.). Experiências educacionais inclusivas : Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.

Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 1 recurso online (191 página Disponível em :

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>>. Acesso em : 10 fev. 2011.

SILVA, Tomás Tadeu da. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEIGA, Ilma Passos (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

Caderno da Educação Infantil: Construindo o Projeto Político-Pedagógico

Contagem (MG) Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Cadernos da educação infantil: construindo o projeto político-pedagógico / Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. – Contagem: Prefeitura Municipal de Contagem, 2007.

Educadores na Rede – Contagem: Proposta de Alfabetização e Letramento

Contagem (MG). Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Educadores na Rede – Contagem : proposta de alfabetização e letramento / Prefeitura Municipal de Contagem, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. – Belo Horizonte : CEALE/FaE/UFMG, 2007.

Educadores na Rede – Contagem: A leitura e a escrita no 2º Ciclo

Contagem (MG). Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Educadores na Rede – Contagem : A leitura e a escrita no 2º ciclo / Prefeitura Municipal de Contagem, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. – Belo Horizonte : CEALE/FaE/UFMG, 2007.

Caderno de Propostas da II Conferência de Educação – Inclusão, formação e aprendizagem como componentes para a qualidade da educação.

Contagem (MG) Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura / Prefeitura Municipal de Contagem – 2007.

Relatório Final da II Conferência de Educação – Inclusão, formação e aprendizagem como componentes para a qualidade da educação.

Contagem (MG) Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura / Prefeitura Municipal de Contagem – 2007.

Lei nº 4.203, de 18 de dezembro de 2008, que

Institui e organiza o Sistema Municipal de Ensino de Contagem.

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Cargo: Analista de Gestão Educacional

LÍNGUA PORTUGUESA

Programa

Compreensão e interpretação de textos. Variação linguística. Gêneros de texto. Coerência e coesão textuais. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Reforma ortográfica de 2009.

Estrutura da oração e do período. Aspectos sintáticos e semânticos. Substantivo: classificação, flexão, emprego. Adjetivo: classificação, flexão, emprego. Pronome: classificação, emprego, colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, formas de tratamento. Verbo: conjugação, flexão, propriedades, classificação, emprego, correlação dos modos e tempos verbais, vozes.

Advérbio: classificação e emprego. Coordenação e subordinação. Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo da crase. Pontuação.

Bibliografia sugerida

BRASIL. Manual de redação oficial da Presidência da República <<http://www.planalto.gov.br/ccivilq03/manual/manual.htm>>

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindleg. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione.



MINAS GERAIS: Manual de Redação Parlamentar Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio.
HOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto.

CONHECIMENTOS

GERAIS

Programa

A história de Contagem. O Estado de Minas Gerais e suas políticas. O Brasil na nova ordem internacional. A globalização e os movimentos antiglobalização.

Bibliografia sugerida

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mundo globalizado. Política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001 (Coleção repensando a História)

CONTAGEM. SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura de Contagem. Atlas Escolar: Histórico, Geográfico e Cultural. Contagem/MG, 2009.

GHON, Maria da Glória (org.) Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003 (Parte I).

<<http://www.mg.gov.br>> (temas referentes às políticas públicas) Obs: olhar mapa do site
Fontes televisivas, jornais e revistas recentes, internet.

LEGISLAÇÃO

Programa

Noções de Direito - Direito Constitucional: natureza, objeto e conceito. Constituição: conceito, classificação interpretação e eficácia. Poder constituinte: direitos e garantias fundamentais. A organização do Estado e a organização dos poderes na Constituição Brasileira de 1988. Direito Administrativo - Administração Pública: princípios, normas constitucionais. Organização administrativa: administração pública direta e indireta. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, validade e extinção. Contrato administrativo: conceito e características. Licitação pública: princípios, modalidades, tipos e procedimentos. Servidor público: classificação, regimes e normas constitucionais.

Bibliografia sugerida

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV.

CONTAGEM. Lei Orgânica do Município de Contagem. Artigos 24 a 55.

CONTAGEM. Lei Complementar nº 105/2011, que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os Servidores Públicos do Município de Contagem da Administração Direta que integram os quadros setoriais da administração, da Conparq, da Transcon e do CINCO e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais: Título III, Capítulo I, Seções I a V.

Conhecimentos Específicos

Programa

Gestão do Contexto Socioeducacional; Legislação Educacional; Educação Inclusiva. Gestão de Projetos Educacionais; Políticas Educacionais. Planejamento Educacional; Projeto Pedagógico da Escola; Gestão e Cultura Organizacional; Gestão do Conhecimento; Gestão de Pessoas; Ética e Educação.

Bibliografia Sugerida

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Constituição da República Federativa do Brasil – artigos 205 a 214, 217 E 225.

Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996.

Lei Federal no 8.069, de 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências – arts. 7º a 24; 53 a 69; 86 a 89; 131 a 140.

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005 – Altera os artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos 06 (seis) anos de idade.

LIVROS

CARBONE, Pedro Paulo (Et al.). Gestão por competências e gestão do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2006. 172p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 117p.

COLOMBO, Sônia Simões (Org.). Gestão educacional: uma nova visão. Porto Alegre: Bookman: Artmed, 2004. 261 p.

DELORS, Jacques (org.). Educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.



- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HERNÁNDEZ, Fernando. Cultura visual, mudança educativa e projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 116
- MANTOAN, Maria Tereza Egler; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.
- MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola. Campinas: Autores associados, 2008. 110 p.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNESCO, 2004
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de. Gestão educacional: novos olhares e novas abordagens. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 119p.
- PACHECO, José. (Org). Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. São Paulo: Artmed, 2007.
- PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo : Ática, 1997.
- SILVA, Tomás Tadeu da. Documentos de identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- ROTH, Berenice Weissheimer (Org.). Experiências educacionais inclusivas : Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 1 recurso online (191 página Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/experienciaseducacionaisinclusivas.pdf>).
- Acesso em : 10 de agosto de 2011.

Caderno da Educação Infantil: Construindo o Projeto Político-Pedagógico

Contagem (MG) Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Cadernos da educação infantil: construindo o projeto político-pedagógico / Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. – Contagem: Prefeitura Municipal de Contagem, 2007.

Educadores na Rede – Contagem: Proposta de Alfabetização e Letramento

Contagem (MG). Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Educadores na Rede – Contagem : proposta de alfabetização e letramento / Prefeitura Municipal de Contagem, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. – Belo Horizonte : CEALE/FaE/UFMG, 2007.

Educadores na Rede – Contagem: A leitura e a escrita no 2º Ciclo

Contagem (MG). Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. Educadores na Rede – Contagem : A leitura e a escrita no 2º ciclo / Prefeitura Municipal de Contagem, Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. – Belo Horizonte : CEALE/FaE/UFMG, 2007.

Caderno de Propostas da II Conferência de Educação – Inclusão, formação e aprendizagem como componentes para a qualidade da educação.

Contagem (MG) Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura / Prefeitura Municipal de Contagem – 2007.

Relatório Final da II Conferência de Educação – Inclusão, formação e aprendizagem como componentes para a qualidade da educação.

Contagem (MG) Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura / Prefeitura Municipal de Contagem – 2007.; Lei nº 4.203, de 18 de dezembro de 2008, que Institui e organiza o Sistema Municipal de Ensino de Contagem.

3 – Conparq - Administração Indireta

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

Cargos: Arquiteto, Engenheiro(Florestal) e Geógrafo.

LÍNGUA PORTUGUESA (para todos os cargos)

Programa

Compreensão e interpretação de textos. Variação linguística. Gêneros de texto. Coerência e coesão textuais. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Reforma ortográfica de 2009.



Estrutura da oração e do período. Aspectos sintáticos e semânticos. Substantivo: classificação, flexão, emprego. Adjetivo: classificação, flexão, emprego. Pronome: classificação, emprego, colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, formas de tratamento. Verbo: conjugação, flexão, propriedades, classificação, emprego, correlação dos modos e tempos verbais, vozes. Advérbio: classificação e emprego. Coordenação e subordinação. Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo da crase. Pontuação.

Bibliografia sugerida

BRASIL. Manual de redação oficial da Presidência da República. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/q03/manual/manual.htm>>

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindleg. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione.

MINAS GERAIS: Manual de redação parlamentar assembleia legislativa do estado de Minas Gerais.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olgmpio.

hOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto.

CONHECIMENTOS GERAIS (para todos os cargos)

Programa

A História de Contagem. O estado de Minas Gerais e suas políticas. O Brasil na nova ordem internacional. A globalização e os movimentos antiglobalização.

Bibliografia sugerida

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mundo globalizado. Política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001(Coleção repensando a História)

CONTAGEM. SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura de Contagem. Atlas Escolar: Histórico, Geográfico e Cultural. Contagem/MG, 2009.

GHON, Maria da Glória (org.) Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003 (Parte I).

<http://www.mg.gov.br> (temas referentes às políticas públicas) Obs: olhar mapa do sitel Fontes televisivas, jornais e revistas recentes, internet.

LEGISLAÇÃO (para todos os cargos)

Programa

Noções de direito: direito constitucional: natureza, objeto e conceito. Constituição: conceito, classificação interpretação e eficácia. Poder constituinte: direitos e garantias fundamentais. A organização do Estado e a organização dos poderes na Constituição Brasileira de 1988. Direito administrativo: administração pública: princípios, normas constitucionais. Organização administrativa: administração pública direta e indireta. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, validade e extinção. Contrato administrativo: conceito e características. Licitação pública: princípios, modalidades, tipos e procedimentos. Servidor público: classificação, regimes e normas constitucionais.

Bibliografia sugerida

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV.

CONTAGEM. Lei Orgânica do Município de Contagem. Artigos 24 a 55.

CONTAGEM. Lei Complementar nº 105/2011, que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os Servidores Públicos do Município de Contagem da Administração Direta que integram os quadros setoriais da administração, da Conparq, da Transcon e do CINCO e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais: Título III, Capítulo I, Seções I a V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Cargo: Arquiteto

Programa:

História da arquitetura. Teoria da arquitetura. Projeto arquitetônico. Desenho arquitetônico. Perspectiva. Leitura e interpretação de projetos. Elementos de projeto. Projeto assistido por computador. Coordenação e compatibilização de projetos complementares ao projeto arquitetônico. Urbanismo. História do urbanismo. Desenho urbano. Implantação. Planejamento urbano e regional. Paisagismo. Planejamento ambiental. Projeto paisagístico. Conforto ambiental. Conforto térmico. Acústica arquitetônica. Iluminação natural e conservação de energia. Iluminação artificial. Luminotécnica básica. Resistência dos materiais. Fundações.



Alvenaria estrutural. Estruturas de concreto. Estruturas metálicas. Sistemas estruturais. Projeto de estruturas. Construção de áreas urbanas e obras públicas. Habitação de interesse social. Planejamento, orçamento e controle de obras. Elaboração de especificações técnicas. Avaliação de bens. Materiais e técnicas de construção. Técnicas retrospectivas. Instalações elétricas, Instalações hidrossanitárias. Águas pluviais. Topografia. Legislação. Segurança do trabalho. Equipamentos de proteção individual e coletiva. Lei de Uso e Ocupação do Solo. Código de obras. Ética profissional.

Bibliografia sugerida

BENEVOLO, Leonardo. A arquitetura no novo milênio. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Orgs). Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/ Arte, 2008.
CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.
FRAMPTON, henneth. Historia crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
FROTA, Anesia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto térmico. 8. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.
MASCARO, Juan Luis. O custo das decisões arquitetônicas. São Paulo: Nobel, 1985.
REBELLO, iopanan Conrado Pereira. A concepção estrutural e a arquitetura. 3. ed. São Paulo: Ziguarte, 2003.
ROMERO, Marta Adriana Bustos. A arquitetura bioclimática do espaço público. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
Normas Técnicas ABNT
NBR 14653 - Norma para avaliação de bens.
NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão.
NBR 5626 - Instalação predial de água fria.
NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e Equipamentos urbanos. NBR 9077 - Saídas de emergência em edifícios.
Legislação Aplicada
BRASIL. Lei Federal 10257/01. Estatuto da cidade.
BRASIL. Lei Federal 6766/79. Parcelamento do solo urbano.
BRASIL. Resolução 205. Código de ética profissional do engenheiro, arquiteto, agrônomo e profissões afins.
BRASIL. Resolução 218. Atribuições do engenheiro, arquiteto, agrônomo e profissões afins.

Cargo: Engenheiro (Florestal) Conhecimentos Específicos)

Programa

Conhecimentos sobre ecologia geral, ecossistemas, energia, ciclos biogeoquímicos, comunidades, sucessão ecológica. Fitossociologia. Conservação de recursos naturais. Biodiversidade, Biologia da Conservação. Ecologia da Paisagem. Intemperismo. Pedologia. Física e Mecânica dos Solos. Drenagem; Hidrologia. Movimentos de Massa. Desertificação. Poluição, radiação, erosão do solo. Contaminação Ambiental. Recuperação de áreas degradadas; manejo e conservação dos solos. Revegetação, reflorestamento, silvicultura, fitopatologia, climatologia. Noções de Meteorologia. Nutrição e adubação de plantas, plantas daninhas: pragas e seu controle. Produção de mudas em viveiros florestais. Planejamento de parques e jardins; sistemas de arborização. Manejo ambiental e conservação de áreas silvestres; Manejo da Fauna. Estatística. Estudos de impacto ambiental, programas de monitoramento ambiental e licenças ambientais. Implantação e manejo de unidades de conservação. Legislação ambiental. Código Florestal – Lei 4771/1965 e suas alterações. SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) – Lei 9985/2000. Lei de Crimes Ambientais – Lei 9605/1998. Política Nacional de Meio Ambiente – Lei 6938/1981. Resolução CONAMA 237/97 (Dispõe sobre a revisão de procedimentos e critérios utilizados pelo Sistema de Licenciamento Ambiental instituído pela Política Nacional do Meio). Resolução CONAMA No 369/2006 que dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Resolução CONAMA 303/2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Referência Bibliográfica:

CARNEIRO, J. G. A. Produção e Controle de Qualidade de Mudas Florestais. Curitiba: UFPR/FUPEF, 1995.
EMBRAPA. Tópicos em Manejo Florestal Sustentável. Embrapa-CNPQ, Colombo, 1997.
FERREIRA, F. A. Patologia Florestal – principais doenças florestais no Brasil. Viçosa: SIF:1989.



GALVÃO, A. P. M. Reflorestamento de Propriedades Rurais para Fins Produtivos e Ambientais - Um Guia para ações municipais e regionais. Editora EMBRAPA. 351 págs. 2000.

GUERRA, A. J. T e CUNHA, S. B. (Org.) Geomorfologia e Meio Ambiente. Bertrand Brasil. 372 págs. 1996.

LAMPRECHT, H. Silvicultura nos trópicos. Eschborn, GTZ, 343 págs, 1990.

MARTINS, S. V. Recuperação de Áreas Degradadas. Aprenda Fácil Editora. Viçosa. 270 págs. 2009.

MEDAUAR, O. Coletânea de Legislação Ambiental. Constituição Federal. 7ª Ed. Editora Revista dos Tribunais. 2008.

RIBEIRO, N; SITO, A. A.; GUEDES, B. S. STAISS, C. Manual de silvicultura tropical FAO, Projecto GCP/Moz/056/Net, http://www.ufra.edu.br/pet_florestal/downloads/manual%20de%20silvicultura.pdf. Maputo, 2002.

ODUM, E. P. Ecologia. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1985.

PRIMACK, R.B. & RODRIGUES, E. Biologia da Conservação, 328p. 2001.

RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1996.

[Resolução CONAMA Nº 369/2006](#)- "Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP" - Data da legislação: 28/03/2006 - Publicação DOU nº 061, de 29/03/2006, págs. 150-151.

[Resolução CONAMA Nº 303/2002](#)- "Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente" - Data da legislação: 20/03/2002 - Publicação DOU nº 090, de 13/05/2002, pag. 068.

Cargo: Geógrafo

Conhecimentos Específicos

Programa

Reconhecimento, análise e interpretação da organização espaço-temporal do território na escala municipal; Regionalização do território nas diversas escalas espaciais de análise (do local ao global). Pesquisas e levantamentos fisiográficos, hidrográficos, climáticos, topográficos, toponímicos e estatísticos de áreas específicas. Estudos relativos à alteração de limites administrativos. Planejamento e execução de mapeamentos temáticos destinados à administração e mitigação de problemas municipais.

Elaboração de projetos de pesquisas e proposição de procedimentos metodológicos voltados para o aproveitamento, desenvolvimento e preservação de recursos ambientais.

Elaboração de diagnósticos e pareceres relativos aos impactos socioambientais.

Desenvolvimento de diagnósticos e pareceres aplicados à estruturação do espaço municipal.

Técnicas de fotointerpretação, cartografia, quantificação e outras pertencentes ao campo da Cartografia.

Bibliografia sugerida

ABsSABER, A. N. O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz AbsSaber / em depoimento a Cgnara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ABSi, M. C.; ASSUNÇÃO, F. N. A.; FARIA, S. C. de (Coord.). Avaliação de impacto ambiental: agentes sociais procedimentos e ferramentas. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / IBAMA, 1995.

ARAÚJO, G. H. de S.; ALMEIDA, J. R. de; GUERRA, A. J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURSZTiN, M. A. A. Gestão Ambiental: instrumentos e práticas. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / IBAMA, 1994.

CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

DREn, D. Processos interativos homem-meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1986.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S.B.da (Org.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

IBAMA. Diretrizes de pesquisa aplicada ao planejamento ambiental. Coleção Meio Ambiente / Série Diretrizes - Gestão ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1994.

SÁNCHEZ, L.E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Leis e decretos municipais

CONTAGEM. Lei Municipal n. 3.789, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de aplicação e dá outras providências (Prefeitura Municipal de Contagem).



CONTAGEM. Lei municipal n. 4.135, de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a criação da Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem - ConParq e dá outras providências (Prefeitura Municipal de Contagem).

CONTAGEM. Decreto municipal n. 1030, de 03 de novembro de 2008. Regulamenta o procedimento para poda, supressão e transplante de espécimes arbóreos e dá outras providências (Prefeitura Municipal de Contagem).

CONTAGEM. Lei n. 4.223, de 14 de janeiro de 2009. Altera Anexos da Lei n. 4.135, de 28 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a criação da Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem - ConParq e dá outras providências (Prefeitura Municipal de Contagem).

4 – TransCon - Administração Indireta

NÍVEL MÉDIO COMPLETO

Cargos: Técnico em Transporte Público e Trânsito

LÍNGUA PORTUGUESA

Programa

Compreensão e interpretação de textos. Variação linguística. Gêneros de texto. Coerência e coesão textuais. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Reforma ortográfica de 2009.

Estrutura da oração e do período. Aspectos sintáticos e semânticos. Substantivo: classificação, flexão, emprego. Adjetivo: classificação, flexão, emprego. Pronome: classificação, emprego, colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos, formas de tratamento. Verbo: conjugação, flexão, propriedades, classificação, emprego, correlação dos modos e tempos verbais, vozes.

Advérbio: classificação e emprego. Coordenação e subordinação. Concordâncias verbal e nominal. Regências verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo da crase. Pontuação.

Bibliografia sugerida

CUNHA, Celso e CÍNTRA, Luís F. Lindleg. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CIPRO NETO, Pasquale e INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olmpio.

hOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto.

CONHECIMENTOS

GERAIS

Programa

A História de Contagem. O estado de Minas Gerais e suas políticas. O Brasil na nova ordem internacional. A globalização e os movimentos antiglobalização.

Bibliografia sugerida

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mundo globalizado. Política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2001(Coleção repensando a História)

CONTAGEM. SEDUC. Secretaria de Educação e Cultura de Contagem. Atlas Escolar: Histórico, Geográfico e Cultural. Contagem/MG, 2009.

GHON, Maria da Glória (Org.) Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003 (Parte I).

<http://www.mg.gov.br> (temas referentes às políticas públicas) Obs: olhar mapa do sitel
Fontes televisivas, jornais e revistas recentes, internet.

LEGISLAÇÃO

Programa

Noções de direito: Direito Constitucional: natureza, objeto e conceito. Constituição: conceito, classificação interpretação e eficácia. Poder constituinte. Direitos e garantias fundamentais. A organização do Estado e a organização dos poderes na Constituição Brasileira de 1988. Direito administrativo: administração pública: princípios, normas constitucionais. Organização administrativa: administração pública direta e indireta. Ato administrativo: conceito, elementos, atributos, validade e extinção. Contrato administrativo: conceito e características. Licitação pública: princípios, modalidades, tipos e procedimentos. Servidor público: classificação, regimes e normas constitucionais.



Bibliografia sugerida

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II, Capítulos I a IV; Título III, Capítulos I, II, III, IV e VII, e Título IV.

CONTAGEM. Lei Orgânica do Município de Contagem. Artigos 24 a 55.

CONTAGEM. Lei Complementar nº 105/2011, que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os Servidores Públicos do Município de Contagem da Administração Direta que integram os quadros setoriais da administração, da Conparq, da Transcon e do CINCO e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais: Título III, Capítulo I, Seções I a V.

Conhecimentos Específicos

Programa

Educação e segurança no trânsito: conceitos, comportamento no trânsito, campanhas educativas. Transporte e meio ambiente. Pesquisas de transporte e trânsito: fundamentos de pesquisas, tipos de pesquisas de transporte e trânsito, aplicações de campo. Planejamento de transportes: etapas para elaboração de um Plano de Transportes. Engenharia de tráfego: conceitos, divisão e objetivos, características humanas dos veículos e das vias. Estudo de tráfego. Topografia: planimetria, altimetria, planialtimetria. Legislação de transporte e trânsito: organização dos poderes. Leis 8.666 (concessão, permissão e autorização), Lei 8.987, Plano Diretor, Lei de Parcelamento, uso e ocupação do solo. Regulamentos do transporte público de passageiros. Operação de transportes urbanos: programação da operação do serviço de transporte coletivo urbano, política tarifária, cálculo tarifário (GEIPOT).

Gerenciamento e controle de tráfego: planejamento da circulação urbana, estacionamentos, tecnologias de monitoramento. Projetos de transporte e trânsito: projeto geométrico, projeto de sinalização viária, projeto semaforizado, acessibilidade.

Bibliografia sugerida

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos - Gerenciamento de Transporte Público Urbano - Instruções Básicas - Módulo 4, São Paulo, 1990

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos. Transporte Humano - cidades com qualidade de vida. SP. 1997. 312 p. il.

BELO HORIZONTE. Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte BHTRANS S.A., Manuais para Execução de Pesquisas, Belo Horizonte, 2000.

BITAR, O.i.; Ceneviva, L.L.V. O uso de indicadores ambientais em gestão ambiental municipal: O caso do município de São Paulo, SP. Simpósio sobre Gestão Ambiental, SimGeA, São Paulo. 18p., 2003.

BRASIL. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Sinalização Vertical de Regulamentação -Vol. I - CONTRAN, 2005

BRASIL. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Sinalização Vertical de Advertência - Vol. II - CONTRAN, 2007

BRASIL. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito - Sinalização Horizontal - Vol. IV - CONTRAN, 2007

CONTAGEM. Lei Municipal 4.043/2006 (Dispõe sobre a criação da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem - TransCon), alterada pela Lei Complementar n. 068/2009; Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro;

CONTAGEM. Lei Complementar n. 082/2010, que disciplina o parcelamento, a ocupação e o uso do solo no Município de Contagem e dá outras providências.

CONTAGEM. Lei Complementar n. 087/2010 altera a Lei n. 082/2010.

CONTAGEM. Lei Complementar 033/2006 - Plano Diretor do Município de Contagem.

CONTAGEM. Leis 4070/2007 e 4123/2007 que alteram a Lei Complementar 033/2006

CONTAGEM. Lei 3548/2002 de Contagem. Dispõe sobre o sistema municipal de transporte e circulação no município de Contagem, adequando a legislação municipal à federal, em especial ao código de trânsito brasileiro e dá outras providências.

CONTAGEM. Decreto nº 622, de 22 de março de 2007. Aprova o regulamento operacional do serviço de transporte coletivo e dá outras providências

EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES, GEIPOT. Cálculo de tarifas de ônibus urbanos; instruções práticas atualizadas, Brasília, 1996..

PINTO, João Cataldo: Elementos de engenharia de tráfego. Volumes I e II, Edições Engenharia 41/76, UFMG, BH, 1976.

TULER, M.O.; SARAIVA, S.L.C. Fundamentos da topografia. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2009.

VASCONCELLOS, E. A. O que é trânsito. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Ed. Brasiliense, 1998.



Edital PMC 03/2011 - Concurso Público Administração Direta e Indireta (ConParq e Transcon)

ANEXO VI – CRONOGRAMA BÁSICO

ETAPAS/FASES	DATAS
Pedido de isenção da taxa de inscrição	17 a 26/10/2011
Divulgação do Resultado dos Pedidos de Isenção da taxa de inscrição	04/11/2011
Interposição de recursos contra o indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição	07/11, 08/11 e 09/11/2011
Divulgação da decisão relativa ao indeferimento ou deferimento dos recursos quanto à isenção da taxa de inscrição	17/11/2011
Inscrições via Internet	19/10 a 21/11/2011
Último dia para pagamento da inscrição	22/11/2011
Divulgação do resultado da análise do pedido de condição especial	25/11/2011
Interposição de Recursos contra resultado da análise do pedido de condição especial.	28/11, 29/11 e 30/11/2011
Divulgação da decisão relativa ao indeferimento e deferimento dos recursos contra a análise do pedido de condição especial	06/12/2011
Consulta/Impressão do Cartão Definitivo de Inscrição (CDI) via internet, com os locais e horários das provas Objetiva e Aberta.	01/12/2011
Provas: Objetiva e Aberta	11/12/2011
Divulgação do gabarito preliminar	12/12/2011
Interposição de recursos contra questões; e o gabarito preliminar.	13, 14 e 15/12/2011
Divulgação na Internet do resultado dos recursos contra questões; e o gabarito preliminar.	22/12/2011
Divulgação dos resultados das provas objetivas e abertas	31/01/2012
Interposição de recursos contra o resultado das provas objetiva e aberta	01, 02 e 03/2/2012
Resultado final das provas objetiva e aberta (após recursos)	13/02/2012
Homologação	27/02/2012



ANEXO VII

EDITAL PMC nº03/2011

Concurso Público de Provas para provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Contagem/MG.

MODELO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nome do (a) requerente

Carteira de Identidade – Órgão Emitente

Emprego Público Pretendido

Endereço Completo

Telefone para contato

O candidato acima qualificado, que preencha os requisitos do Decreto n. 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008, que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n.6.135, de 26 de junho de 2007 vem REQUERER a isenção de pagamento da taxa de inscrição ao Concurso Público - para _____ do Quadro de Pessoal da (_____) da Prefeitura Municipal de Contagem, Edital nº 03/2011.

Para tanto, o requerente DECLARA que é desempregado, que não dispõe de recursos para arcar com a taxa de inscrição ou que encontra-se inscrito em algum dos programas sociais mantidos pelo governo federal, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração, para o que apresenta junto com este requerimento o respectivo comprovante.

Para comprovação do que afirma e nos termos do subitem 6.4 do edital nº 03/2011, anexa:

() Documento comprobatório de inscrição no cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal ;

() Fotocópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – que contenham a foto, a qualificação civil , a anotação do último contrato de trabalho e data de saída respectiva anotada, e da primeira página subsequente, de todos os membros da família, bem como comprovante de residência oficial (fatura de água, energia elétrica ou telefone fixo) do último mês, para comprovar o mesmo domicílio. Outros documentos, tais como declarações de Imposto de Renda (ou de isento), comprovante do número de dependentes, comprovante de renda familiar, etc.

() Fotocópia de Documento de Identificação com foto.

Nestes termos, pede deferimento.



Contagem, ____ de _____ de 2011

Assinatura do (a) requerente ou de seu procurador devidamente credenciado

Nome do procurador

Para uso da Comissão de Concursos Públicos e Processos Seletivos da FUNEC
EDITAL nº. 03/2011 - **Concurso Público de Provas para provimento de cargos do Quadro Permanente de
Pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Contagem/MG.**

() DEFERIDO () INDEFERIDO

De Acordo: _____

Em: ____/ ____/ 2011

ASSINATURA - MATRICULA